

Andressa ●lmedo Minto

A Prova Digital no Processo Penal

1ª edição

LiberArs

São Paulo – 2021

A prova digital no processo penal
© 2021, Editora LiberArs Ltda.

Direitos de edição reservados à
Editora LiberArs Ltda

ISBN 978-65-5953-007-6

Editores

Fransmar Costa Lima
Lauro Fabiano de Souza Carvalho

Revisão técnica

Cesar Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

M667p Minto, Andressa ●Imedo

A Prova digital no Processo Penal / Andressa Olmedo Minto. -
São Paulo : LiberArs, 2021.
100 p. : 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5953-007-6

1. Direito. 2. Processo Penal. 3. Direito penal. I. Título.

2021-658

CDD 345
CDU 343

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Todos os direitos reservados. A reprodução, ainda que parcial, por qualquer meio, das páginas que compõem este livro, para uso não individual, mesmo para fins didáticos, sem autorização escrita do editor, é ilícita e constitui uma contrafação danosa à cultura. Foi feito o depósito legal.

Editora LiberArs Ltda

www.liberars.com.br
contato@liberars.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
NOVAS TECNOLOGIAS E PROVAS NO PROCESSO PENAL.....	19
CAPÍTULO 2	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A	
TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL.....	24
1. Conceito, Objetivo, Objeto, Destinatário e Importância da Prova	24
2. Ônus da Prova.....	26
3. Classificação da Prova	26
4. Fontes, Meios e Elementos da Prova.....	27
5. Meios de Obtenção de Prova	28
6. Inadmissibilidade das Provas Ilícitas	28
7. Gerações do Direito Probatório	29
CAPÍTULO 3	
PROVA DIGITAL	31
1. Conceito e Natureza Jurídica da Prova Digital	31
2. Características da Prova Digital	34
2.1. Imaterialidade ou Indivisibilidade.....	35
2.2. Fragilidade e Volatidade.....	35

2.3. Dispersão	36
3. Meios de Obtenção da Prova Digital	37
3.1. Conservação Expedita de Dados Informáticos Armazenados.....	37
3.2. Injunção.....	38
3.3. Busca e Apreensão de Dados Informáticos Armazenados	38
3.4. Recolha em Tempo Real de Dados Informáticos	39
4. Convenção de Budapeste e Adesão Brasileira	39
5. Meios de Obtenção da Prova Digital e a Legislação Brasileira	42
5.1. Lei n. 9.296/96	42
5.2. Meios de Obtenção de Prova contemplados pelo Marco Civil da <i>Internet</i> (Lei n. 12.965/14).....	44
5.3. Infiltração Virtual.....	46
5.4. Busca e Apreensão de Dados Informáticos.....	49
5.5. Investigação Defensiva?	49
6. Meios de Produção da Prova Digital.....	52

CAPÍTULO 4

CADEIA DE CUSTÓDIA e PROVA DIGITAL

53

1. Cadeia de Custódia e a Lei n. 13.964/19 (“Pacote Anticrime”).....	53
2. (In)Existência da Cadeia de Custódia da Prova Digital.....	55
3. Método de Recolha da Prova Digital.....	58
3.1. Recolha (<i>Collection</i>)	60
3.2. Exame (<i>Examination</i>)	61
3.3. Análise (<i>Analysis</i>)	62
3.4. Relatório (<i>Reporting</i>)	62
4. Jurisprudência do STJ e STF	63
4.1. STF	63
4.2. STJ	64

CAPÍTULO 5

PROVA DIGITAL, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E

JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - STF E STJ.....

69

1. Prova Digital e Direitos e Garantias Fundamentais	69
2. Prova Digital e Jurisprudência dos Tribunais Superiores - STF e STJ	71

2.1. São ilegais as provas obtidas por policial militar que, designado para coletar dados nas ruas como agente de inteligência, passa a atuar, sem autorização judicial, como agente infiltrado em grupo criminoso	71
2.2. É nula decisão judicial que autoriza o espelhamento do <i>WhatsApp</i> para que a Polícia acompanhe as conversas do suspeito pelo <i>WhatsApp Web</i>	72
2.3. Mesmo sem autorização judicial, polícia pode acessar conversas do <i>Whatsapp</i> da vítima morta, cujo celular foi entregue pela sua esposa.....	77
2.4. É lícito o acesso aos dados armazenados em celular apreendido com base em autorização judicial.....	78
2.5. Autorização para acesso de <i>e-mails</i> baixados no computador que foi objeto de busca e apreensão.....	80
2.6. Delegado que acessa conversas do <i>Whatsapp</i> do flagrantado sem prévia autorização judicial	81
 3. O Futuro da Prova Digital	 83
 CONCLUSÕES	 87
 REFERÊNCIAS	 89